

# Migração de regresso e desenvolvimento rural sustentável: um estudo de caso no Alto Minho

**Maria de Nazaré Oliveira Roca**

Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Nova de Lisboa

Av. de Berna, 26C, 1069-061 LISBOA (PORTUGAL)

Tel.: +351.217933919

Fax: +351.217977759

e-mail: mn.roca@fch.unl.pt

## Resumo

*O objectivo geral deste trabalho foi identificar as estratégias de subsistência dos agregados dos emigrantes regressados e definir o modo pelo qual podem contribuir para a diversificação das actividades e multifuncionalidade do espaço rural, garantindo assim a sua sustentabilidade. Os seus objectivos específicos foram detectar as transformações recentes na estrutura sócio-económica e demográfica do concelho e a sua génese e apontar, em traços gerais, as características sócio-económicas dos emigrantes regressados e seus agregados.*

*Antes de serem apresentados os resultados da investigação, foi discutida a inter-relação entre sustentabilidade e desenvolvimento rural no território da actual União Europeia.*

**Palavras-chave:** emigração, multifuncionalidade, desenvolvimento rural, sustentabilidade

## Résumé

*L'objectif général de ce travail a été l'identification de stratégies de subsistance des émigrants retournés et la définition du moyen selon lequel ils peuvent contribuer pour la diversification des activités et multifonctionnalité des aires rurales, en garantissant donc leur durabilité. Les objectifs spécifiques ont été la détection de transformations récentes dans la structure socio-économique et démographique de l'arrondissement et sa génèse et signaler, en traits généraux, les caractéristiques socio-économiques des émigrants retournés et de ses familles.*

*Avant la présentation des résultats de la recherche on a discuté l'interrelation entre durabilité et développement rural dans le territoire de l'Union Européenne.*

**Mots-clés:** émigration, multifonctionnalité, développement rural, durabilité.

### **Abstract**

*The main goal of this paper is the identification of strategies for the subsistence of the returned emigrants and the definition of guidelines according to which they can contribute to the diversification of activities and multi-functionality of the rural areas, in order to guarantee their sustainability. The specific goal aims both at detecting the most recent changes in the socio-economic and demographic structure of the parish (concelho) and its genesis and pointing out, in general terms, the socio-economic characteristics of the returned emigrants and their families.*

*The interrelationship between sustainability and rural development in the territory of the European Union is discussed before the presentation of the results of this research.*

**Keywords:** emigration, multi-functionality, rural development, sustainability.

### **Introdução**

Nos países da periferia europeia, incluindo Portugal, inúmeros autores argumentam ter sido a emigração a causa principal das mudanças demográficas e sócio-económicas ocorridas na maior parte das áreas rurais, nas últimas décadas. A emigração serviu, assim, de substituto da urbanização e industrialização como factor de transformação do mundo rural, tanto no que diz respeito aos seus aspectos positivos como negativos.<sup>1</sup> Desde os Anos Oitenta, conforme esses países foram aderindo à, então, Comunidade Europeia, com excepção da Irlanda que entrou em 1973, essas transformações foram aceleradas com a aplicação das medidas da Política Agrícola Comum (PAC) e dos Fundos Estruturais e Iniciativas Comunitárias.

---

<sup>1</sup> Em Portugal, a partir de fins do século passado até metade do século XX, a emigração era permanente, tendo como destino o Novo Mundo. Entre o início dos anos Sessenta e meados dos anos Setenta, assumiu o carácter temporário em direcção à Europa Norte-Occidental. A partir da segunda metade da década de Setenta, perdurando até meados dos anos Oitenta, a emigração permanente voltou a predominar. Desde meados da década de Oitenta e até aos dias de hoje, a emigração retomou o carácter temporário, sendo que os destinos se diversificaram, no contexto dos efeitos crescentes da globalização (Bandeira, 1996; Ferrão, 1996; Cavaco et al, 1994; Amaro, 1984).

Em Portugal, enquanto a emigração tinha um carácter temporário, os fluxos de retorno, apesar de não compensarem as perdas populacionais, mantinham-se constantes. Na segunda metade dos Anos Setenta, quando da crise económica na Europa Norte-Occidental e da restauração da democracia no país, a migração de regresso recrudescceu. Desde então, com a importância assumida pela emigração permanente esses movimentos diminuíram mas não cessaram.<sup>2</sup>

Com a redução da intensidade dos contrafluxos diminuiu, também consideravelmente, o número de estudos que tratam desse tema. Entretanto, uma questão interessante continua por ser respondida: até que ponto, a migração de regresso tem contribuído para aumentar o grau de sustentabilidade do desenvolvimento rural que havia sido posto em causa pelos efeitos negativos da emigração? Essa questão é discutida neste texto, onde são apresentados resultados de investigação de campo no concelho de Ponte de Lima, no Alto Minho, um dos territórios de maior intensidade da migração de regresso, tanto em relação aos totais nacionais como à população emigrada e residente (Silva et al, 1984; Fonseca, 1990).<sup>3</sup>

## Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural

No território da actual União Europeia, na segunda metade do século XX, as transformações estruturais da sociedade e economia rurais foram rápidas e profundas. Desde a assinatura do Tratado de Roma, em 1957, até meados da década de Oitenta, a agricultura intensiva manteve-se como a principal fonte de rendimentos da população, graças à aplicação de medidas da PAC, cujos objectivos iniciais eram aumentar a produtividade, elevar o nível de vida dos agricultores e garantir o abastecimento de produtos a preços razoáveis para os consumidores (Descheemaekere, 1992). Entretanto, nas duas últimas décadas assistiu-se a uma mudança radical dos objectivos e medidas da CAP, uma vez que a agricultura no espaço da União viu-se a braços com grandes excedentes de produção, com pouca probabilidade de comercialização fora da Europa devido aos preços relativamente elevados dos produtos subsidiados. Como consequência, empreende-se a reforma da PAC em 1992, cujos objectivos eram, por um lado, o aumento da competitividade da agricultura e, por outro, o fortalecimento das práticas agrícolas amigas do ambiente e o estímulo à agricultura e outras activida-

<sup>2</sup> Estima-se que na década de Oitenta, 24 mil pessoas por ano regressaram a Portugal, decaindo esse número para 22 mil nos Anos Noventa. (Expresso, 2 de Abril de 1999, pg. 20).

<sup>3</sup> A investigação de campo, de carácter exploratório, foi uma das etapas do projecto do Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa intitulado "A emigração e o desenvolvimento rural no Alto Minho, na segunda metade do século XX: o caso do Concelho de Ponte de Lima", realizado entre 1997 e 1999, no âmbito do Programa de Financiamento Plurianual da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Os resultados da investigação serão publicados brevemente, na íntegra, por esse Centro, na Série de Publicações "Estudos".

des que servissem para fixar a população, evitando a continuação do êxodo rural. A prossecução do primeiro objectivo levou à extensificação da agricultura e diminuição considerável do emprego nesse sector enquanto que, para a realização do segundo, incentivou-se a diversificação de actividades e multifuncionalidade dos espaços rurais. Entretanto, muitos estudiosos da problemática do mundo rural consideraram que a reforma da PAC dispunha de meios modestos, incluindo os financeiros, para a aplicação de medidas ligadas à diversificação da economia rural, em comparação com os meios disponíveis para reforçar a competitividade (Descheemaekere, 1992; Perraud e Bonnet, 1996; Covas, 1997; DGDR, 1997; Cavaco, 1999).

Além disso, as medidas iniciais da PAC e mesmo as introduzidas com a sua reforma, tiveram impacto desigual no território da União Europeia. De facto, contribuíram para reforçar “*o dualismo agrícola - em que a produção intensiva e orientada para o mercado das áreas mais favorecidas contrasta com a produção marginal e localmente orientada das áreas menos favorecidas, onde, ainda por cima, as oportunidades de emprego são menores*” (Ilbery, 1994:290-291). Essas últimas áreas quase que coincidem inteiramente com as regiões rurais periféricas da União, nomeadamente nos países que a ela aderiram já nos anos Oitenta (Grécia em 1981; Portugal e Espanha, em 1986) que viram serem agravados os seguintes processos, iniciados com a emigração: “*diminuição e envelhecimento da população; aumento do desemprego, subemprego e exclusão social; degradação dos recursos naturais e do ambiente; desequilíbrio e enfraquecimento do tecido produtivo; subutilização das infra-estruturas existentes; estagnação, quando não regressão, dos centro urbanos (...)*” (DGDR, 1997: 15).

Todos estes processos puseram em risco a própria sustentabilidade do desenvolvimento rural. Contudo, entre os estudiosos, criadores de políticas e decisores, no seio da União Europeia, tornou-se uma ideia consensual a necessidade da introdução de mecanismos que promovam o desenvolvimento rural sustentável.

Em 1996, no ponto um da Declaração de Cork da Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural afirma-se que “*o desenvolvimento rural sustentável deve ser uma das prioridades da União Europeia e tornar-se um princípio fundamental de qualquer política no futuro imediato e após o alargamento...*” (Covas, 1997: 33). Os seus objectivos deveriam ser “*inverter o processo do êxodo rural, combater a pobreza, estimular o emprego e a igualdade de oportunidades, responder ao crescente pedido de mais qualidade, saúde, segurança, desenvolvimento pessoal e lazer e melhorar o bem estar das populações rurais*”. (in Covas, 1997:33). Ademais, no ponto quatro, referente à sustentabilidade, afirma-se que “*as políticas devem promover um desenvolvimento rural que fomente a qualidade e amenidade das paisagens rurais europeias (recursos naturais, biodiversidade e identidade cultural) para que a sua utilização pelas gerações actuais não prejudique as opções das gerações futuras*”. (in Covas, 1997:34).

Na Agenda 2000 da Comissão Europeia, o desenvolvimento sustentável das áreas menos favorecidas é, por sua vez, consagrado no Objectivo 1 dos fundos estruturais. Na nova reforma da PAC, a política de desenvolvimento rural é considerada como o seu segundo pilar: “(...) *continuará a ser valorizada a diversificação produtiva (agrícola e não agrícola), a multifuncionalidade agrícola e mais ainda das explorações, do espaço e das famílias agrícolas (...) actividades que assegurem rendimentos, realização pessoal e a sustentabilidade nos seus diferentes sentidos (ambiental, ecológico, económico e social), e por isso permitam a satisfação das aspirações de qualidade de vida e fixação das populações em comunidades rurais viáveis (autóctones ou emigrantes de outras áreas, incluindo as urbanas)*” (Cavaco, 1999: 141).

Pode-se, portanto, concluir que diversificação e multifuncionalidade são processos chave de qualquer política de desenvolvimento rural sustentável cujo sucesso está, em muito, dependente da base de recursos humanos existentes num território, ou seja, a sua população. De facto, um défice populacional, tanto em termos de quantidade como qualidade, põe em risco a sustentabilidade dos sistemas rurais e, com isso, o seu próprio desenvolvimento, uma vez que “(...) *o potencial humano (...) constitui um pilar essencial para a projecção da modernidade, solidez e competitividade necessárias à sustentação dos territórios rurais*” (DGDR, 1997:54). Assim, torna-se claro que “...*o recurso fundamental local permanece a população, agente activo e destinatário do próprio desenvolvimento*” (Cavaco, 1999: 138).

Parece ser, também, essa a visão da Comissão Europeia que, na Agenda 2000, definiu como um dos três objectivos dos fundos estruturais “*o desenvolvimento dos recursos humanos [que] será um elemento central tanto nas regiões dos objectivos 1 e 2 como em todas as outras áreas da União e deverá ser prosseguido de modo coerente. (...) A prioridade deverá ser conferida ao acesso ao emprego, ao desenvolvimento da aprendizagem ao longo da vida e à promoção de iniciativas locais para o emprego, incluindo os pactos territoriais.*” (DGDR, 1997: 31).

Portanto, os instrumentos de aplicação de uma política de desenvolvimento rural sustentável, centrada na diversificação de actividades e multifuncionalidade do espaço rural poderão surtir efeitos mais rápidos, a curto e médio prazo, em áreas rurais que apresentem uma base viável de recursos endógenos, naturais, paisagísticos, económicos, sociais, além dos demográficos e/ou que possam, ao mesmo tempo, atrair recursos externos. Essas condições são encontradas com intensidade diferente nos espaços rurais que se têm vindo a caracterizar, em décadas recentes, pela sua heterogeneidade crescente que se deve, em grande parte, às dinâmicas populacionais, sobretudo a emigração, às tendências do povoamento e do emprego e aos efeitos da PAC e de outras políticas de impacto territorial. (Comissão Europeia, 1994:113).

Cavaco (1996), com base em três dinâmicas presentes nas áreas rurais - declínio da agricultura, crescimento de outras actividades e globalização de valores e consumos -

que levam à sua transformação social e cultural, define três grandes tipos de territórios rurais em Portugal: os espaços rurbanos, os espaços intermédios e os campos profundos. Segundo Costa (1999:88), “*os espaços intermédios têm grande expressão nos territórios rurais envolventes às vilas e cidade de pequena e média dimensão (...) [neles] a agricultura perde peso, enquanto actividade e fonte de emprego, a favor de outras funções. No entanto, esta redução da agricultura em termos de produção e emprego não tem correspondência numa diminuição do número de explorações, demonstrando a importância das unidades familiares, da pluriactividade e da agricultura de consumo doméstico*”. São estes espaços onde mais se fazem sentir os efeitos e consequências da urbanização difusa.<sup>4</sup> Estes são, também, espaços privilegiados para segundas residências de populações urbanas e onde começa a ser cada vez mais visível a presença de novos residentes, antigos moradores das cidades, que optaram por estilos de vida alternativos, facilitados pelo desenvolvimento da telemática e da melhoria das acessibilidades. Estes podem ser indícios de uma contra-urbanização incipiente.<sup>5</sup> Com isso, implica dizer que a multifuncionalidade dos espaços intermediários pode se estender à função residencial.

Torna-se, assim, claro que políticas de desenvolvimento rural com base na diversificação e multifuncionalidade, provavelmente, podem ter maior sucesso nesses espaços rurais intermédios nos quais se pode enquadrar o concelho de Ponte de Lima.

## **Transformações Recentes no Concelho de Ponte de Lima e sua Génese**

O concelho de Ponte de Lima é um território eminentemente rural. Em 1991, quase a totalidade da população vivia em lugares de menos de 2 000 habitantes ou isolados. O único aglomerado urbano é a Vila de Ponte de Lima, em cuja freguesia havia 2 374 habitantes mas que se tem vindo a expandir pelas freguesias vizinhas.<sup>6</sup> De acordo com o estabelecido pelo Plano Director Municipal, a área vinculada à ocupação agro-florestal corresponde a 86,6% da área total. Contudo, no início da década de Noventa, a agricultura já não era a actividade principal da população correspondendo a um pouco mais de um terço da população activa contra 54,6% no início dos anos Oitenta. No entanto, o forte decréscimo da população agrícola (-30,1%) não foi acompanhado pela diminuição da população activa, que chegou mesmo a aumentar 11% enquanto que a população total estagnava, uma vez que os efectivos

<sup>4</sup> Gaspar (1987:109) caracteriza a urbanização difusa como o “processo pelo qual as populações mudam de ramo de actividade, alteram os seus consumos, as suas formas de viver, o seu uso do tempo, permanecendo no lugarejo ou na aldeia, ou casal, que antes constituía a base para a economia agrícola dos seus pais ou ainda sua”.

<sup>5</sup> Contra-urbanização (engl. counterurbanization) segundo Fielding (1994: 297), consiste num padrão de redistribuição populacional em que as populações dos grandes aglomerados entram em declínio (ou estagnam) devido às perdas líquidas resultantes da migração ao passo que os aglomerados mais pequenos - “independentes” - vêem as sua populações aumentar graças aos ganhos líquidos resultantes dessas mesmas migrações (...).

<sup>6</sup> Em 1996, no PDM, 10,6% da área do município estava destinada a ocupação urbana.

diminuíram em apenas 0,9%. No período 1991-1995 verificou-se um aumento da população de 1,4%,<sup>7</sup> acompanhado do aumento do índice de envelhecimento que passou de 61, em 1991, para 78, em 1996.<sup>8</sup>

Pode-se deduzir, pelo acima exposto, que o abandono da actividade agrícola envolveu a deslocação da população para fora do concelho em direcção às cidades, no país e estrangeiro, e/ou a sua transferência para outras actividades sem abandonar a área rural de residência, passando, na maioria dos casos, a dedicar-se à agricultura a tempo parcial, que continua a desempenhar um papel muito importante nas estratégias de subsistência dos agregados rurais.

Não há dados ao nível do concelho sobre a agricultura a tempo parcial. Entretanto, basta lembrar que em 1995, na região agrícola de Entre Douro e Minho, a origem do rendimento dos produtores era maioritariamente exterior à exploração agrícola (57%). Isto pode ser, também, o reflexo da própria estrutura das explorações: a superfície agrícola utilizada (SAU) média por exploração era de 3 hectares e havia 4,3 blocos por exploração, sendo que 89% das explorações com 51% da superfície agrícola utilizável (SAU) possuíam menos de 5 hectares. (Quatenaire, 1999: 5) As únicas actividades que continuam a ser exercidas, em grande parte a tempo inteiro, são a viticultura e criação de gado leiteiro devido, principalmente, aos subsídios comunitários, mas também à crescente procura de produtos regionais de qualidade que têm garantidos o seu escoamento e comercialização através da cooperativa vinícola local e da Agros, respectivamente. (Roca e Martins, 1999) A situação privilegiada dessas duas actividades deve-se, também, a condições edafoclimáticas e topográficas favoráveis. (Pina, 1991: 69).

Em 1991, mais de um terço da população buscava nas actividades do sector secundário a principal fonte de rendimentos. A estrutura industrial baseava-se essencialmente nos recursos endógenos locais explorados maioritariamente em micro e pequenas empresas, representando a indústria alimentar e de bebidas (83,4%) e a indústria de madeira (15,6%) quase a totalidade do VAB industrial do município.

Nos últimos anos, em grande parte graças aos Programas Leader I e II, têm vindo a desenvolver-se várias actividades alternativas ou complementares à agricultura e indústria, destacando-se o turismo de habitação e o artesanato, principalmente a transformação do granito e do linho. No entanto, continua a haver carência de estruturas produtivas e de serviços, capazes de atrair investimentos e/ou criar emprego.

O território em estudo está a tornar-se um espaço de lazer para um número crescente de pessoas que o escolheram para segunda residência ou para estadias nos fins de semana,

<sup>7</sup> Ao mesmo tempo, a população do Alto Minho diminuía 0,2%.

<sup>8</sup> Este valor é inferior aquele para o Alto Minho: 106,3. Embora não haja dados sobre a população de acordo com a fonte principal de rendimentos, é mais do que provável que o envelhecimento da população diga mais respeito àquela que se dedica ou dedicava à agricultura. Contudo, o envelhecimento da população não tem sempre, necessariamente, uma conotação negativa mas pode também significar que houve uma melhoria generalizada do nível de vida da população, o que se reflecte no aumento da esperança média de vida à nascença.

em parte pela sensível melhoria das acessibilidades.<sup>9</sup> Há, também, sinais cada vez mais fortes de que o concelho está começando a atrair quadros qualificados ou altamente qualificados que residiam previamente num meio urbano e que escolheram mudar para o concelho atraídos pela sua paisagem<sup>10</sup> e pela qualidade de vida associada à quietude, ao ar menos poluído, às maiores oportunidades de lazer ao ar livre, etc. Assim, tanto a população que reside permanentemente na área rural como a que ali vive temporariamente contribui de modo crescente para que o território concelhio se torne um espaço de consumo.

Assim, em forma de resumo, pode-se dizer que o concelho de Ponte de Lima, nas últimas décadas, e especialmente nos anos Oitenta e Noventa, passou por consideráveis transformações sociais, económicas e espaciais, associadas à diversificação das actividades da população e à multifuncionalidade do uso do espaço.

A emigração foi o principal factor de transformação do território concelhio, nas últimas décadas.<sup>11</sup> Causou, entre outros, a subutilização e abandono da terra cultivada uma vez que, com o tempo, passou-se de uma situação de excedentes para uma situação de défice de mão-de-obra, causa e consequência da emigração prolongada e contínua (Cavaco et al., 1994). Além disso, a falta de mão-de-obra levou ao aumento do preço do trabalho e concorreu para a manutenção do carácter tradicional da agricultura, uma vez que a maioria dos emigrantes eram jovens, ou seja, o segmento da população mais aberto a inovações.

A emigração contribuiu também, indirectamente, para a extensificação da agricultura, uma vez que as remessas tenderam a substituir as actividades geradoras de rendimentos, principalmente a agricultura praticada pelos membros do agregado do emigrante que ficaram no concelho. Paralelamente, o êxodo da população rural para o estrangeiro intensificou a pluriactividade, uma vez que a agricultura permaneceu uma actividade tradicional, caracterizada pela baixa produtividade. Os membros dos agregados agrícolas tiveram, assim, de procurar novas fontes de rendimentos, disponíveis principalmente na construção civil e no comércio, que floresceram devido ao crescimento do consumo baseado nas despesas dos emigrantes e suas famílias.

---

<sup>9</sup> Em fins dos anos Noventa foi inaugurada a auto-estrada Braga-Valença com três saídas para o concelho. Além disso, está para ser iniciada a construção de outra auto-estrada, que ligará, entre si, a cidade de Viana do Castelo e outras sedes concelhias do Vale do Lima.

<sup>10</sup> De facto, a paisagem cultural, tão difícil de distinguir da natural nesse município como em todo o Vale do Lima, há muito que constitui uma mais valia, principalmente para as actividades de turismo e lazer. Pode ser assim descrita: "diferentes matizes de verde compostos pelas manchas de florestas de pinheiro bravo e carvalho roble, pelos campos-prados e lavouras em socacos nas áreas serranas; parreiras e vides de enforcado que orlam os campos de milho, batatas e linho na área ribeirinha e, por toda a parte, o granito das igrejas, solares, casas rústicas, azenhas e muros." (Roca e Martins, 1999a:290).

<sup>11</sup> Aqui, na ausência de trabalhos sobre as causas e efeitos da emigração de Ponte de Lima, serão apresentados os resultados do trabalho de campo da autora no concelho que incluiu observação participativa, entrevistas com agentes de desenvolvimento local (autarcas, líderes de associações de desenvolvimento, párocos e outros) assim como os resultados principais de trabalhos de investigação sobre emigração, que abrangeram o Alto Minho.



O investimento preferencial dos emigrantes na construção, melhoria da habitação ou em terras agrícolas, demonstra o desejo dos emigrantes de continuar a manter as ligações com o lugar de origem e leva a pressupor um regresso num futuro próximo ou mais longínquo. Por ora, a maioria das casas estão fechadas durante a maior parte do ano, sendo apenas usadas nas férias de verão e feriados prolongados.<sup>12</sup>

Por outro lado, as actividades produtivas não-agrícolas continuaram incipientes porque não havia mão-de-obra qualificada nem capital para a sua expansão e/ou modernização, nem nenhuma acção concertada para que os emigrantes e os regressados investissem no sector secundário. (Amaro, 1984).

Os efeitos e consequências da emigração não foram homogéneos em todo o território do concelho. De facto, nas áreas de serra e/ou periféricas de fraca acessibilidade, a emigração resultou não só no abandono da agricultura mas, também, em êxodo da população, uma vez que havia pouca ou nenhuma alternativa em termos de emprego no lugar de residência ou fora dele. A população que não emigrou, cada vez mais envelhecida, continuou a viver da agricultura como actividade principal que se tornou mais extensiva, devido à falta de mão-de-obra e capital ou os agricultores foram atingindo a idade da reforma mas continuaram a cuidar das terras como fonte complementar de rendimentos (Pina, 1991). Por outro lado, as freguesias mais próximas ou de melhor acessibilidade em relação à sede concelhia e a Braga e Viana do Castelo conservaram ou mesmo aumentaram a sua população através da mobilidade residencial, principalmente intraconcelhia, e/ou diversificaram as suas funções como uma resposta ao abandono da agricultura a tempo integral, incluindo o turismo e lazer (Roca e Martins, 1999a). O regresso dos emigrantes oriundos das freguesias periféricas e isoladas contribuiu, em parte, para a redistribuição da população dentro dos limites do concelho, uma vez que aqueles que investiram no comércio na Vila escolheram para residência as freguesias mais próximas enquanto que os regressados que investiram em leitárias condicionaram a escolha do lugar de residência à localização de propriedades agrícolas adequadas a essa actividade, quase sempre na margem sul do Rio Lima, onde os solos são de melhor qualidade (Roca, 1999).

Desse modo, a emigração contribuiu, pelo menos em parte, por um lado, para a diversificação das actividades e multifuncionalidade do espaço rural nas áreas de melhor acessibilidade, por outro lado, concorreu para a extensificação e mesmo abandono da agricultura naquelas áreas de fraca acessibilidade, o que pode colocar em perigo de degradação a paisagem cultural, característica do concelho e de todo o Alto Minho.

---

<sup>12</sup> Em 1991, os alojamentos com ocupante ausente correspondiam, respectivamente a 13,6% do total de alojamentos do concelho, sendo que nos anos Oitenta o seu número aumentou 86,1%.

## A Migração de Regresso no Concelho de Ponte de Lima

No concelho de Ponte de Lima, através de um método indirecto, uma vez que não há dados sobre emigração e migração de regresso para esse nível de unidade territorial, de um total de 51 freguesias, foram identificadas 13 que podem ser consideradas de forte emigração e com maiores probabilidades de regresso dos emigrantes (Roca e Martins, 1999a).<sup>13</sup>

Essas freguesias abrangem quase um terço (31%) da área total concelhia; em 1989, a SAU correspondia a 25,9% da SAU do concelho; em 1991, a população activa no sector primário, que predominava na maioria dessas freguesias, representava 26,9% da população concelhia empregada nesse sector. Encontram-se nos limites do concelho, distantes da sua sede e/ou - têm uma parte considerável de seu território a altitudes acima dos 300 metros - estão localizadas fora dos principais eixos rodoviários que ligam o concelho a Viana do Castelo e Braga.

Restava, então, tentar responder à questão colocada no início deste texto, ou seja, se as estratégias de subsistência dos agregados dos emigrantes regressados incluem a pluriactividade e o plurirendimento, base da sustentabilidade do desenvolvimento rural, posto em risco pela emigração prolongada e pelos efeitos negativos das medidas da PAC.

Para tal, utilizou-se informação contida em questionários que foram aplicados em três das 13 freguesias seleccionadas. Duas delas situam-se na margem direita do Rio Lima: Labruja, no extremo norte do concelho, freguesia predominantemente serrana, com altitudes acima dos 300 metros (Serra da Cumieira); a noroeste, Estorãos cuja maior parte do território está entre os 100 e 300 metros, ou seja, em meia encosta, mas que abrange, também, as fortes vertentes da Serra da Arga. A terceira, Calvelo, está localizada na margem esquerda, a sudeste, maioritariamente na meia encosta do Monte São Veríssimo (Pina, 1991: 69-71). Todas as três são freguesias periféricas, nos limites do concelho. Em 1991, nenhuma delas estava ligada por estradas nacionais a Braga ou Viana do Castelo (figura 1).

Em fins dos Anos Oitenta ou início dos Anos Noventa, porém, eram de notar algumas diferenças acentuadas entre as três freguesias quanto à sua situação demográfica e sócio-económica (quadro 1). A freguesia de Calvelo apresentava uma dinâmica demográfica mais favorável, uma vez que sua população aumentou ligeiramente na década de Oitenta, tendo sido registado o menor índice de envelhecimento da população total e da potencialmente activa. Calvelo era, também, a única freguesia que tinha uma proporção considerável da população a trabalhar no sector secundário, além de apresentar o maior número médio de hectares de SAU por exploração, assim como a maior proporção de SAU no total da superfície agrícola, embora tenha sido registada a maior perda de população activa em-

<sup>13</sup> As freguesias foram escolhidas através da combinação das seguintes variáveis: "variação da população activa", "variação da população activa empregada no sector primário" no período 1981-1991" e "proporção de alojamentos com ocupante ausente no total de alojamentos familiares clássicos, em 1991". Os valores registados para as duas primeiras variáveis deveriam ser negativos e, para a última, deveriam ser acima da média do concelho, que era 13,7%.



das estradas diminuiu, enquanto que a população dos lugares localizados em altitudes mais baixas, próximas ou cortadas por vias rodoviárias, estagnou ou mesmo aumentou. Houve assim, ao nível da freguesia, uma redistribuição da população que foi condicionada pela acessibilidade dos lugares.<sup>15</sup>

**Quadro 1 - Alguns indicadores sócio-demográficos e económicos referentes às freguesias de Calvelo, Estorãos e Labruja.**

Indicadores	Concelho de Ponte de Lima	Freguesias		
		Calvelo	Estorãos	Labruja
População residente, 1991	43 421	854	547	465
Varição da população residente, 1981-91 (%)	- 0,9	4,0	- 16,5	- 17
Excedente de vidas, 1997	1,9*	- 4**	- 10**	- 3**
Índice de envelhecimento, 1991	60,7	59,0	116,8	91,7
População entre 15 e 24 anos no total da população potencialmente activa, 1991	29,5	25,6	19,5	17,1
Alojamentos com ocupante ausente, 1991 (%)	13,7	24,2	23	17,1
Varição da população activa, 1981-91 (%)	11	-20,4	-7,2	-8,9
Reformados por 100 pessoas com actividade económica, 1991	43	44,1	69,2	70,1
Varição da população activa na agricultura, 1981-91 (%)	-30,1	-46,2	-25,5	-27,9
População activa no sector primário, 1991 (%)	34,4	41,5	51	66,2
População activa no sector secundário, 1991 (%)	36,1	38	18,4	11,3
População activa no sector terciário, 1991 (%)	29,5	20,5	30,6	22,6
SAU por exploração agrícola, 1989	2,2	2,3	1,3	1,4
SAU no total da superfície agrícola, 1989 (%)	-	64,5	37,2	47,0

\*Diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade permilagem em 1996.

\*\*Diferença entre o nº de nados vivos e o nº de óbitos.

O inquérito, cujos resultados são apresentados e discutidos a seguir, baseou-se em questionário, com perguntas de respostas fechadas e abertas, aplicado a migrantes regressados cujos nomes constavam de listas fornecidas pelas Juntas de Freguesia que colaboraram na sua preparação e realização. É importante sublinhar que este inquérito teve um carácter exploratório e, portanto, não partiu de amostra representativa da migração de regresso no concelho de Ponte de Lima mas de três de suas freguesias, uma vez que foram entrevistados 61 emigrantes, ou seja, cerca de 85% dos que constavam das referidas listas. Como, através do questionário, foi obtida, também, informação sobre o agregado do emigrante regressado, estima-se que tenha sido abrangida entre 10 a 13% da população residente nas três freguesias.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Esta redistribuição dentro dos territórios das freguesias deve ter continuado nos Anos Noventa, com a entrada em vigor do Plano Director Municipal que restringiu em muito a área de construção de habitações.

<sup>16</sup> Chegou-se a essas proporções partindo dos pressupostos que a população nessas freguesias estagnou na década de Noventa e que um agregado de emigrante regressado tem entre três e quatro membros.

## **Caracterização Geral dos Emigrantes Regressados**

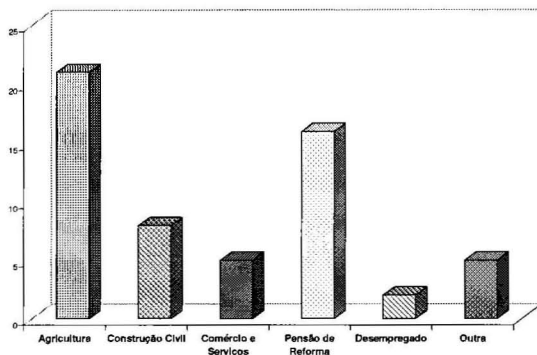
Os entrevistados são, quase todos, do sexo masculino; emigraram da freguesia actual de residência, tinham a quarta classe e viviam da agricultura, trabalhando nas terras dos pais e/ou à jorna; partiram sós para o estrangeiro, quando tinham entre os 18 e 35 anos, na década de Setenta ou antes, em busca de melhores oportunidades de emprego e/ou para poupar para a compra/melhoria de habitação ou de terras agrícolas; casaram antes ou depois de terem emigrado, deixando as mulheres a cuidar da casa e das terras que haviam, entretanto, herdado e/ou comprado; trabalharam na construção civil e estiveram mais de 10 anos no estrangeiro; regressaram com 45 ou mais anos de idade, nas décadas de Oitenta e Noventa, por razões familiares ou pessoais, embora tivessem tido a intenção de regressar definitivamente à freguesia de residência actual.

Vale a pena referir que entre um quinto e um quarto dos que tinham 25 a 54 anos retornaram na década de Noventa, ocasião em que também o fez metade dos emigrantes de 55 a 64 anos. Assim, é evidente que, apesar de terem diminuído em intensidade, os contrafluxos continuaram a ser importantes nas décadas mais recentes, abrangendo um número crescente de emigrantes em idade de pré-reforma.

Outro aspecto interessante é o facto dos regressados que viveram entre 11 e 15 anos no estrangeiro terem colocado em segundo lugar, como motivo principal do regresso, a posse de terras e a vontade de trabalhar nelas, logo após as razões de ordem familiar ou pessoal. Por outro lado, os que lá permaneceram mais de 15 anos regressaram já como reformados ou por terem a vida financeiramente equilibrada.

## **Estratégias de Subsistência dos Emigrantes Regressados**

No contexto das estratégias de subsistência das famílias dos emigrantes regressados, embora esteja quase sempre presente, a agricultura é, em geral, fonte complementar de rendimentos, já que é a actividade principal de pouco mais de um terço dos entrevistados e menos de metade dos seus cônjuges. Em geral, os emigrantes regressados trabalham na construção civil, no comércio e serviços ou recebem pensão de reforma (gráfico 1). A grande maioria dos entrevistados trabalha por conta própria enquanto que os cônjuges não têm remuneração. Por outro lado, metade dos que trabalham nas actividades não-agrícolas são empregados e a outra metade trabalha por conta própria, havendo um número mínimo de patrões.

**Gráfico 1 - Fonte actual de rendimentos dos emigrantes regressados**

Fonte: Inquérito aos emigrantes regressados, 1999, Ponte de Lima

Há, no entanto, diferenças significativas entre as três freguesias. Enquanto em Calvelo menos de um quarto dos entrevistados se dedica à agricultura como fonte principal de rendimentos, em Estorãos os agricultores são quase metade (45,5%) e, em Labruja, chegam mesmo a predominar (52,6%).<sup>17</sup>

Quase todos os que se dedicam actualmente à agricultura como actividade principal viviam dela antes de emigrar. Para os poucos restantes a reforma é, actualmente, a principal fonte de rendimentos. Vale ressaltar, no entanto, que apesar de 42,6% dos entrevistados ter declarado receber reforma do estrangeiro e/ou de Portugal, dentre esses, mais de um terço considera não ser esta a sua principal fonte de rendimentos, destacando-se, nesse caso, a agricultura.

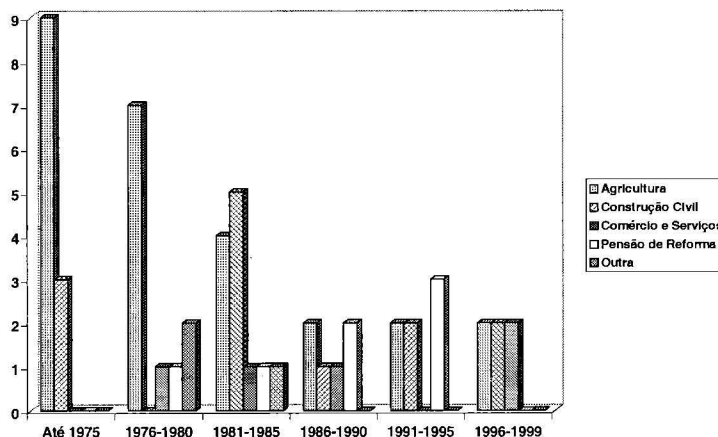
Em Calvelo e Estorãos, “ter terras”, “gostar de cuidá-las” “sempre terem trabalhado nos campos”, são os motivos mais frequentemente apontados pelos emigrantes para se dedicarem actualmente a tempo inteiro à agricultura. Por outro lado, quase um quarto dos regressados a Labruja escolheram essa actividade porque “não havia outra possibilidade de emprego”.

No entanto, a agricultura está a perder terreno como principal fonte de rendimentos dos emigrantes regressados (Gráfico 2). Isto pode estar relacionado com o facto desses serem cada vez mais idosos quando retornam e de terem permanecido mais de 10 anos no estrangeiro, o que os torna menos dependentes da agricultura, já que a maioria dos entrevistados economizaram o suficiente ou regressaram já com a pensão de reforma ou estão na condição de pré-reformados.

Praticamente todos os entrevistados cuja principal fonte de rendimentos provém quase na mesma proporção da pensão de reforma ou de actividades não agrícolas, essencialmente a construção civil, dedicam-se à agricultura a tempo parcial.

<sup>17</sup> Estes valores aproximam-se bastante dos apurados para a população activa no Censo de 1991 (ver quadro 1).

Gráfico 2. Data de regresso dos emigrantes/Fonte de rendimentos após o regresso



Fonte: Inquérito aos emigrantes regressados, 1999, Ponte de Lima

Embora a maioria das famílias seja do tipo nuclear (62,2%), sendo as mais comuns aquelas com pais e um ou dois filhos, a lavoura ou a criação de gado é praticada apenas pelos entrevistados e/ou cônjuges, uma vez que só numa pequena proporção de famílias (18,4%) os filhos ajudam os pais. Nos agregados com filhos, metade deles são estudantes e uma parte considerável trabalha em actividades não agrícolas. A freguesia da Labruja é a única onde se destacam os agregados com pais e filhos a trabalhar nos campos.

Em menos da metade (43,9%) das famílias que têm filhos a viver fora do agregado, estes ajudam os pais ocasionalmente nas lides agrícolas porque “gostam do trabalho”, “estão habituados” e/ou “obtem alguns produtos da terra”.

A grande maioria dos agregados: têm explorações agrícolas de, no máximo, três hectares de terras cultivadas; tratam das vinhas (82%) em ramada, em parcelas junto e/ou afastadas das casas; cuidam de hortas (83,6%) e oliveiras (55,7%); plantam forragens (77%), em, no máximo 10 blocos, comumente dispersos. A produção é maioritariamente para auto-consumo, sendo a única excepção a vinha, cuja menor ou maior parte do que se produz é para venda à Adega Cooperativa de Ponte de Lima. Nos agregados com explorações de mais de cinco hectares, chegam a predominar os que vendem a maior parte da produção vinícola.

Em geral, os agregados dos emigrantes regressados não têm plantado novas vinhas. Porém, em pelo menos metade das explorações agrícolas com mais de 5 hectares tem ocorrido o contrário. Aí a vinha é plantada do modo tradicional, em ramada, ou em cordão para se ter direito ao subsídio. Nas explorações menores as poucas vinhas que se plantam são em ramada. Em Calvelo, um pouco mais da metade dos agregados têm plantado novas vinhas,

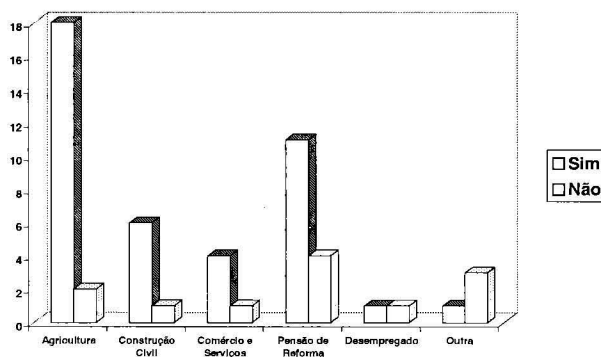
enquanto que nas duas outras freguesias, mais de dois terços das explorações não têm tomado essa iniciativa.

Por outro lado, independentemente da data de regresso, todos os antigos emigrantes dedicam-se à agricultura como actividade complementar ou porque “têm as terras” e “gostam de cuidá-las” ou porque seus produtos representam um importante complemento dos rendimentos, para auto-consumo.

À pergunta “se houvesse subsídios que lhe servissem de complemento ao rendimento, estaria disposto a continuar a actividade agrícola em moldes tradicionais”, quase três quartos dos entrevistados respondeu afirmativamente. Entre os agricultores, o sim foi quase unânime, enquanto que no caso dos reformados 73% aceitaria subsídio para continuar a cuidar dos campos (gráfico 3). Por outro lado, 79% dos que se dedicam à agricultura como actividade complementar continuariam a fazê-lo se a actividade fosse subsidiada.

As razões mais comuns ligadas às respostas afirmativas foram: “porque gostava de trabalhar na terra”, “para não abandoná-las e/ou “para manter a paisagem rural tradicional”; um terço o faria por razões financeiras uma vez que “seria uma ajuda ao rendimento familiar”, “seria mais fácil trabalhar e viver da agricultura”. Por outro lado, entre os que responderam negativamente à pergunta acima, metade alegou motivos de saúde enquanto que um terço não o faria porque é uma tarefa dura e não compensa.

**Gráfico 3 - Fonte principal de rendimentos do entrevistado /Continuação da agricultura com subsídio**



Fonte: Inquérito aos emigrantes regressados, 1999, Ponte de Lima

## Considerações Finais

Os resultados da investigação demonstram que os agregados dos emigrantes regressados se caracterizam pela **pluriactividade** mas, mais ainda, pelo **plurirendimento** devido



ao peso das pensões de reforma. Corroboraram, também, que a agricultura familiar praticada pela maioria desses agregados tem um carácter **multifuncional**, uma vez que se produzem para auto-consumo, quase sempre os campos são cultivados e as vinhas tratadas em moldes tradicionais, contribuindo, assim, para a conservação da paisagem cultural que constitui uma mais valia da área rural do concelho, assim como de todo o Alto Minho.

No entanto, os emigrantes regressados não têm consciência dessa função a serviço da sociedade, como um todo, mas cuidam dos campos por ser a ligação à terra uma parte importante da sua herança cultural o que é atestado pela elevada frequência de respostas como “ter terras”, “gostar de cuidar delas” “não querer vê-las abandonadas” quando lhes foi perguntado sobre os motivos do regresso ou o porquê de se dedicarem à agricultura a tempo inteiro ou parcial.

Além disso, como na maioria dessas freguesias as encostas são em socalcos, as práticas agrícolas, mesmo que sejam hoje mais extensivas que outrora, previnem a erosão das encostas. Por outro lado, o uso dos baldios nas áreas serranas pode evitar a deflagração de incêndios, tão comuns na época estival.

Assim, a conclusão geral seria que o regresso dos emigrantes tem sido um elemento importante, embora secundário, na sustentabilidade do desenvolvimento dessas freguesias rurais, em termos de seus componentes demográficos, económicos e ambientais, uma vez que concorrem para a fixação da **população**, diversificação das **actividades** e conservação da **paisagem** cultural e natural.

Resta dizer que, pelo facto de a agricultura ser a actividade predominante dos agregados dos emigrantes regressados, particularmente em Estorãos e na Labruja, seria importante que os seus membros tivessem acesso a **informação e formação** relacionadas com a utilização de subsídios da nova reforma da PAC uma vez que “*um dos [seus] objectivos (...) é manter um número suficiente de agricultores ligados à terra para preservar o ambiente natural e o modelo de agricultura familiar. [Essa política] considera ainda que este objectivo obriga a sociedade a reconhecer que o agricultor desempenha simultaneamente as actividades de produção e protecção do ambiente*” (Marques et al., 1999:186). Este objectivo deveria ser, também, levado em conta e considerado primordial pelos criadores de políticas e decisores aos níveis local, supralocal e nacional.

## Referências bibliográficas

- AMARO, R. (1984): “Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional”, in: SILVA, M. et al *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, pp. 165-234.
- BANDEIRA, M.L. (1996): *Demografia e Modernidade: Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa: Imprensa Nacional, 571 pp.
- CAVACO, C. (1996): “Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local: Desafio ou Utopia”, in: *Dinamismos Económicos e Reorganização Territorial: Processos de Urbanização e Reestruturação Produtiva*, Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos.

- CAVACO, C. (1999): "O Mundo Rural Português: Desafios e Futuros?", in: CAVACO, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, pp.135-148.
- CAVACO, C.; et al. (1994): *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento local*, Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 259 pp.
- Comissão Europeia (1995): *Europe 2000+: Cooperação para o Ordenamento do Território Europeu*, Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities.
- COSTA, E. M. (1999): "Urbanização e acessibilidades, factores chave no processo de integração dos espaços rurais - os casos da Guarda e da Covilhã", in: CAVACO, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, pp. 87-97.
- COVAS, A. (1997): *Ajustamento, Diversificação e Desenvolvimento Rural*. Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, pp. 36 pp. (Série Estudos e Análises)
- DESCHEEMAEKERE, F. (1993): *Compreender Melhor a P.A.C. e o Futuro do Mundo Rural*, Lisboa: EdiPrisma - Edições Em Gestão.
- DGDR (1997) *Desenvolvimento Rural: Novas Realidades e Perspectivas*, Lisboa: Direcção Geral do Desenvolvimento Rural, 83 pp. + annexes.
- FERRÃO, J. (1996) *A Demografia Portuguesa*, Lisboa: Público, 63 pp.
- FIELDING, A.J. (1994) "Contra-urbanização: Ameaça ou Benção?", in: PINDER, D. (ed.): *Europa Ocidental - Desafios e Mudanças*, Oeiras: Celta Editora. pp. 295-313.
- FONSECA, M. L. (1990): "População e Território: Do País à Área Metropolitana", in: *Memórias do Centro de Estudos Geográficos*, nº 14, Lisboa:CEG.
- GASPAR, J. (1987): "A Ocupação e a Organização do Território", in: *Portugal: os Próximos 20 Anos*, vol. I, 148 pp.
- ILBERY, B.; BOWLER, I. (1998): "From Agricultural Productivism to Post-Productivism", in: Ilbery, B. (ed.): *The geography of rural change*, Harlow: Longman, pp. 57-84.
- MARQUES, C.; FRAGOSO, R.; ALMEIDA, C. (1999): "A Componente Ambiental do Emprego na Agricultura", in: FERRÃO, J. (coord.): *Ambiente e Emprego: Situação Actual e Perspectivas*, pp. 169-223. (Série Estudos e Investigações, nº 12)
- PERRAUD, D.; BONNET, A. (1996) Entre les contraintes des marchés et les hétérogénéités structurelles des agricultures nationales: le pari impossible ou les prémisses d'une inévitable réforme de la PAC, in: JOLLIVET, M.; EIZNER, N. (eds.) *L'Europe et ses campagnes*. Paris: Presses de Sciences Po. pp.295-306.
- PINA, M. H. M. (1990): "O Espaço Agrário de Ponte de Lima", *Revista da Faculdade de Letras do Porto - Geografia*, vol VI, pp. 65-148.
- QUARTENAIRE (1999): Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Lima, Porto, 198 pp.
- ROCA, M. N. O. (1999): " Migração de Retorno e Desenvolvimento do Território no Alto Minho", comunicação apresentada no I Encontro Galiza-Portugal de Estudos Rurais, Bragança, 12 e 13 de Novembro. (No prelo)
- ROCA, M. N. O.; MARTINS, F.(1999a): Regresso dos Emigrantes e Valorização da Paisagem do Vale do Lima, in: Actas do VIII Colóquio Ibérico de Geografia, Lisboa: Departamento de Geografia e Planeamento Regional, FCSH, vol. I, pp. 290-297.
- ROCA, M. N. OLIVEIRA; MARTINS, F.(1999): "Emigração, Regresso e Desenvolvimento no Alto Minho", in: *Regiões e Cidades na União Europeia: Que Futuro?*, Actas do VI Encontro Nacional da APDR, Coimbra: APDR, vol. II, pp. 977-990 (Colecção APDR)
- SILVA, M. ET AL (1984): *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 287 pp.